

## A democracia e a confiança nas instituições e nos sindicatos



A responsabilidade dos sindicatos perante os trabalhadores tem tido clara proeminência

Os sindicatos são a única instituição democrática em que a confiança dos portugueses aumentou entre 2008 e 2012.

Pelo contrário, Governo e partidos estão em queda, refere o politólogo e investigador André Freire neste artigo\*, escrito para a Febase



ANDRÉ FREIRE\*\*

As grandes revoluções liberais do século XVIII trouxeram importantes inovações na arte de governar: direitos fundamentais; separação de poderes; Estado de direito; parlamentarização dos regimes políticos. Estas características foram em regra fixadas em Constituições, amiúde elaboradas por Assembleias Constituintes eleitas para o efeito (caso da Portuguesa: CRP 1976). Subjacente a estas inovações, além do objetivo de erradicação da tirania (via separação de poderes) e da arbitrariedade do poder (via "cartas de direitos"), há um princípio fundamental para a assegurar.

Num regime representativo são os representantes eleitos que governam,

**"Se é verdade que o incumprimento de promessas eleitorais não é inédito na democracia portuguesa, é efetivamente inédito na extensão, profundidade e gravidade das medidas"**

tendo em conta as escolhas fundamentais do soberano: os partidos propõem aos eleitores determinados pacotes de políticas e estes escolhem tendo em conta essas propostas, as quais funcionam como balizas da governação. No terminus do mandato os eleitores julgarão se o governo governou, ou não, de acordo com "as preferências populares".

### Medidas contrariam programa\*\*\*

Desde as legislativas de 2011, com a vitória de PSD e CDS-PP, e durante a vigência do acordo com a troika, que aquelas regras da "Constituição material" da democracia (isto é, as regras subjacentes à "governação com base no consentimento") vêm sendo violadas: muitas das medidas emblemáticas deste governo (nomeadamente as que foram chumbadas pelo Tribunal Constitucional, TC, quer em 2012, quer em 2013: os cortes de subsídios de férias e de Natal; mas também os cortes de salários, a subida do IVA para a restauração, etc.) não constam nem dos programas eleitorais dos vencedores de 2011, antes os contrariam, ►



A violação reiterada das promessas eleitorais mina a confiança dos eleitores nos eleitos

►nem do programa da troika em 2011. Por um lado, se é verdade que o incumprimento de promessas eleitorais não é inédito na democracia portuguesa, é efetivamente inédito na extensão, profundidade e gravidade das medidas. Por outro lado, este tipo de violação reiterada (e transversal aos diferentes partidos) mina a confiança dos eleitores nos eleitos e, no limite, na própria democracia. No final, é muito prejudicial para todos.

Recentemente, no prefácio aos seus discursos reunidos na série *Roteiros* (VII, pp. 4-5), o PR, Cavaco Silva, falou na importância de se cumprirem os acordos internacionais para se assegurar a confiança dos investidores e dos parceiros internacionais no nosso País: "Portugal deixaria de ser um Estado que honra os seus compromissos, que cumpre a palavra dada. A partir desse momento, *que Estados ou organizações internacionais iriam confiar em nós?* Os efeitos negativos para o Estado português não se limitariam aos domínios económicos ou financeiros. No plano das relações externas, no diálogo bilateral ou multilateral, na cooperação militar, a nossa posição seria comprometida e o nosso peso negocial diminuiria substancialmente. (...) *Os potenciais investidores olhariam o País como um lugar onde os valores da confiança e do respeito pelos compromissos estariam ausentes*, as nossas empresas teriam dificuldades acrescidas no estabelecimento de parcerias com as suas congéneres de outros países, os cidadãos teriam, nas suas vidas profissionais e

*"Num cenário de forte erosão dos direitos sociais e económicos, de desregulação do mercado de trabalho e de desvalorização dos salários, é interessante verificar que, apesar de todos os problemas que lhes estão associados, é a confiança dos portugueses nos sindicatos a única que aumenta entre 2008 e 2012: de 53,2% para 57,9%, ou seja, mais 4,7%"*

personais, a marca de serem oriundos de um Estado que fora ajudado financeiramente mas que, na altura decisiva, se eximira às obrigações que voluntariamente havia assumido (itálicos nossos)."

Claro que, por um lado, a responsabilidade dos governantes passa por honrarem os compromissos internacionais, gerando assim a confiança necessária no País. Porém, por outro lado, é notável que o PR, que é o guardião supremo da democracia e do regular funcionamento das suas instituições, tenha descurado nesse discurso a necessidade, igualmente premente num regime democrático, de substanciais níveis de confiança entre os apresentados e os representantes.

### **Governo e partidos em queda...**

Como pode ver-se na Tabela, esta situação é especialmente problemática numa democracia como a portuguesa, no con-

texto em que vivemos. Com base em inquéritos representativos realizados junto da população adulta portuguesa, em 2008 (junho-setembro) e em 2012 (setembro-outubro), podemos ver que, primeiro, a confiança ("alguma" e "muita") nas instituições políticas (partidos: 19,2%; Parlamento: 22,3%; governo: 13,6%; PR: 35,2%), em 2012, é bastante mais baixa no que nas restantes instituições aí apresentadas (exceto nos "Bancos/sistema financeiro": 22,8%). Pelo contrário, certas instituições tradicionais (Igreja: 66,1%; Forças Armadas: 72,9%), a imprensa (55,2%) e os sindicatos (57,9%) apresentam-se como as instituições em que os portugueses mais confiam.

Excetuando o caso do PR (73,4%, 2008), a situação já era assim em 2008 em relação às instituições políticas, ou seja, já nessa data eram as que, em termos relativos, colhiam menor confiança entre os portugueses.

Mas de 2008 para 2012 a situação agravou-se bastante: há um declínio quase generalizado da confiança nas várias instituições apresentadas na Tabela 1, mas essa erosão afetou especialmente as instituições políticas porque o nível de confiança nelas em 2008 era já baixo em termos relativos.

### **... e sindicatos a subir**

Num cenário de forte erosão dos direitos sociais e económicos, de desregulação do mercado de trabalho e de desvalorização dos salários, é interessante verificar que, apesar de todos os problemas que lhes estão associados, é a confiança dos portugueses nos sindicatos a única que aumenta entre 2008 e 2012: de 53,2% para 57,9%, ou seja, mais 4,7%.

Ao contrário, é notável também verificar a erosão da confiança na União Europeia (UE), que passou de 64,7% para 42,6%, ou seja, menos 22,1% (a maior queda, 2008-2012, tirando a queda nas instituições políticas domésticas). Tendo em conta as responsabilidades da UE nas dificuldades que os vários países europeus estão a viver, sobretudo os que estão sob programas de assistência financeira, nomeadamente Portugal, não é difícil de entender tal erosão da confiança dos portugueses na UE, a qual abrangia no final de 2012 apenas uma minoria dos nossos concidadãos.

Em relação à erosão da confiança dos portugueses nas instituições políticas domésticas, é difícil não ver no extenso e profundo incumprimento das promessas eleitorais pelo menos um dos seus vetores explicativos.



"De 2008 para 2012 a situação agravou-se bastante: há um declínio quase generalizado da confiança nas várias instituições, mas essa erosão afetou especialmente as instituições políticas porque o nível de confiança nelas em 2008 era já baixo em termos relativos"

**Reivindicações devem ter resultados**

As diferenças nos níveis globais de confiança, em 2012, e na sua evolução, entre 2008 e 2012, entre o que se passa em relação aos sindicatos (e a outras instituições tradicionais), e que é muito positivo para eles (larga confiança entre a população, aumento da mesma entre 2008 e 2012), e o que se passa em relação às instituições políticas, à UE e aos Bancos (precisamente o contrário), é provavelmente explicável por três motivos fundamentais.

Primeiro, pela responsabilidade dos diferentes atores na genealogia da crise e na sua (desastrosa) gestão desde a respetiva eclosão: maior entre os Bancos, as instituições políticas e a UE, muito menor ou até inexistente no caso dos sindicatos (e outras instituições tradicionais). Segundo, porque enquanto no caso das instituições políticas a preocupação fundamental parece ser a de serem responsáveis (apenas e só) perante os mercados e as instituições internacionais, subalternizando quase por completo os compromissos com os eleitores (e com os assalariados e os pensionistas), no caso dos sindicatos a responsabilidade perante os seus cons-

**Organizações sindicais: o último bastião**

Tabela: Confiança ("alguma" e "muita") dos portugueses nas Instituições, 2008 e 2012 - em percentagem face ao total de cada uma das amostras

Instituições	2008	2012	Diferença 2012\2008
Igreja	67,3	66,1	-1,2
Forças Armadas	74,4	72,9	-1,5
Imprensa	62,1	55,2	-6,9
Associações Patronais	-	38,6	-
Grandes empresas	48,6	35,1	-13,5
Bancos/sistema financeiro	-	22,8	-
Sindicatos	53,2	57,9	4,7
Partidos	30,5	19,2	-11,3
Parlamento	48,5	22,3	-26,2
Governo	44,5	13,6	-30,9
PR73,4	35,2	-38,2	-
Tribunais	50,2	36,3	-13,9
Administração Pública	48,9	41,3	-7,6
União Europeia	64,7	42,6	-22,1
N	1350	1209	-

Fontes: Inquéritos aplicados a amostras representativas da população portuguesa adulta, residente em Portugal Continental. Mais especificamente, trata-se de estudos realizados no âmbito do Projeto de investigação do CIES-IUL "Eleições, Liderança e responsabilização: a representação política em Portugal, uma perspetiva longitudinal e comparativa" (FCT: PTDC/CPJ-CPO/119307/2010), ou no seu antecessor *Os Deputados Portugueses em Perspetiva Comparada (2007-2010)*, coordenado por André Freire, José Manuel Leite Viegas, Ana Belchior e Marco Lisi.

tituintes (sindicalizados, assalariados) tem tido clara proeminência.

Finalmente, a questão dos resultados desastrosos na gestão macroeconómica e social da crise levada a cabo pelas instituições políticas e pela UE, concertados com os Bancos (crescimento da dívida e do défice, aumento do desemprego e do custo de vida, declínio económico).

Mas aqui os sindicatos têm também de manter-se de sobreaviso para o futuro: a confiança dos portugueses, em geral, e dos seus constituintes, em particular, nas suas organizações laborais dependerá também da obtenção de resultados palpáveis para as suas reivindicações. Para tanto, os sindicatos precisam de estabelecer pontes entre eles (CGTP vs. UGT) e com os partidos políticos da oposição com vista à constituição de amplas frentes sociais e políticas capazes de levar o governo e a Troika a cederem às suas demandas. ■



Os sindicatos precisam de estabelecer pontes entre si

\*Neste texto retomamos ideias e textos que publicámos anteriormente em livro, embora em versão ligeiramente revista: Freire, André (2013), "A Democracia, a Troika e as alternativas", in Ferreira, Eduardo Paz (ed.), *Troika Ano II - 66 Cidadãos Avaliam a Troika*, Lisboa, Edições 70, pp.69-86. Agradecemos ao coordenador e à editora referidos a permissão para republicar aqui esta pequeníssima parte do material aí publicado. As referências bibliográficas usadas terão de ser consultadas no livro citado.

\*\*Político, Professor do ISCTE-IUL, Investigador do CIES-IUL. O autor agradece à FEBASE, nomeadamente à Dra. Elsa Andrade, o amável convite para republicar este texto na revista da Federação.

\*\*\*Subtítulos da responsabilidade da Redação